



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 2ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO NOVENTA E CINCO

Em treze de março de dois mil e treze, cerca das dez horas e quinze minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número três do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Efetivos

Ramos Preto (PS); António Leitão Amaro (PSD); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto (BE);

- Suplentes

Eduardo Teixeira (PSD); Paulo Cavaleiro (PSD); Pedro Pimpão (PSD)

Faltas

Carlos Abreu Amorim (PSD); José Junqueiro (PS); Heloísa Apolónia (PEV)

Após a verificação do quórum, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Audições no âmbito da PPL N.º 123/XII-GOV "Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas" e da PPL 125/XII-GOV "Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"

- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA);
- Associação das Empresas Portuguesas para o Setor do Ambiente (AEPISA).

2 - Aprovação das Atas 90 e 91

3 - Petições - Relatórios Finais:

- 220/XII-2ª "Não à extinção da freguesia de Bogas de Baixo" - Relator: Dep. Paulo Sá (PCP)
- 233/XII-2ª "Rejeitam a Reforma da Administração Local e a reorganização administrativa territorial autárquica proposta pelo Governo" - Relator: Dep. Bruno Vitorino (PSD)

4 - Iniciativas Legislativas - Distribuição:

- P JL 365/XII-BE "Revoga a Lei do novo Regime de Arrendamento Urbano (revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro)"
- P JL 367/XII-PS "Adota medidas que salvagam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro; primeira alteração à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro"

5 - Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do BE - Audição da Ministra da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre o novo terminal portuário da Trafaria

6 - Outros Assuntos.

1 - AUDIÇÕES no âmbito da apreciação da PPL N.º 123/XII-GOV “Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas” e da PPL 125/XII-GOV “Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos”

- AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS (APDA)

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL ([20130313](#)) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130313caotpl_apda.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor Presidente da Comissão, após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação da APDA, que era integrada pelos respetivos Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Senhores Eng.º Rui Godinho e Dr.ª Marina Ladeiras, tendo o primeiro feito uma intervenção inicial na qual referiu, designadamente, a oportunidade do processo de reestruturação do setor da Água, visando um novo modelo institucional para substituir o atual modelo de sistemas multimunicipais, em vigor há cerca de vinte anos, e salientou alguns pontos da análise da APDA acerca das propostas de lei em análise - PPL n.º 123/XII/2ª: agregação de sistemas e verticalização/reservas dos municípios e dúvidas quanto à garantia do princípio da autonomia local; abertura a subconcessões dos Sistemas de Águas e Saneamento/necessidade de clarificação desta nova figura/entrada de privados justificável desde que portadora de acréscimo de racionalidade, eficiência operacional e de gestão económica e sustentabilidade aos setores em causa; opções de gestão da água como uma “utilitie” (indústria de rede) ou uma “commodity”; PPL n.º 125/XII/2ª: Alteração do estatuto da ERSAR bem vinda/positivo o princípio da universalidade da regulação e capacidade de determinação das tarifas e intervenção na qualidade dos serviço das entidades gestoras/aplicação simultânea em todos sistemas, independentemente da sua natureza jurídica, dimensão territorial e complexidade técnica/ferida na universalidade ao excecionar a EPAL; fixação de tarifas sem pôr em causa políticas de índole social e de garantia da ccessibilidade económica a todos os consumidores e ou utilizadores; necessidade de transparência na formação dos preços e no cálculo dos custos e do princípio de recuperação sustentável de custos; garantia da independência do Regulador com autonomia de recursos humanos e financeiros e validação pela Assembleia da República por uma maioria qualificada de 2/3 dos órgãos de direção bem como escrutínio pela AR da ação de regulação.

Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) (Água bem público essencial à vida; integração alta-baixa/perdas em baixa/verticalização; reforço das competências do Regulador como autoridade independente), o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) (sustentabilidade do setor/preços; reestruturação do setor/ganhos de escala; universo das entidades objeto da ação da ERSAR após a reestruturação do setor; recuperação sustentável dos custos/período de transição/tarifa social), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (água bem essencial direito humano/garantia de acessibilidade aos cidadãos; reestruturação em curso do setor da água e Resíduos: privatização/concessões a privados; parecer negativo da ANMP sobre as propostas de lei em análise; ERSAR: poder de fixar tarifas/meios de funcionamento e eficácia de ação; composição do conselho consultivo;

custos e tarifário; situação da EGF), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (fusão em alta/capacidade financeira; verticalização e agregação dos sistemas em baixa/dificuldades financeiras; défice tarifário; dívidas das autarquias à AdP; eventual modelo alternativo/horizontalização com autonomia dos Municípios; fundo de equilíbrio tarifário; papel da Autoridade Independente), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (historial dos serviços de água nas últimas décadas: serviços do Estado e entrada de privados no setor; reestruturação do setor em curso: objetivo privatização; alegadas má gestão dos serviços públicos versus boa gestão de privados; tarifário: uniformização pela ERSAR/autonomia das Autarquias) e Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (propostas de lei em análise: objetivo privatização do setor; reestruturação do setor em curso-verticalização/alternativas-fusão em alta como nicho de interesse para privados; ERSAR: capacidade de ação/recuperação dos custos-aumento de tarifas/nomeação dos membros do conselho de administração).

Depois, o Senhor Eng.º Rui Godinho usou novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu esta audição por concluída, eram cerca das treze horas.

- AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS PARA O SETOR DO AMBIENTE (AEPSA)

Esta audição, que teve início cerca das onze horas e quarenta minutos, foi igualmente objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL (20130313) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130313caotpl_aepsa.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui também por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor Presidente da Comissão, após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra ao Presidente da Direcção da AEPSA, Senhor Eng.º Diogo Faria de Oliveira, que fez uma intervenção inicial na qual, em síntese, abordou as seguintes questões: apresentação da AEPSA; comentários à PPL nº 123/XII-análise às alterações no caso de sistemas Multimunicipais e no caso de sistemas Municipais - na generalidade, acordo da AEPSA - na especialidade, não compreensão relativamente à exceção feita à EPAL e dúvidas relativamente ao regime dos sistemas intermunicipais; comentários à PPL nº 125/XII - na generalidade, parecer favorável da AEPSA - na especialidade, dúvidas acerca de algumas disposições (artigo 8º, alíneas d), f) e g) do nº 3 do artigo 5º); comentários ao Projeto de Decreto-Lei nº 613/2012, que altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos; comentários à Proposta de Lei nº 602/2012, que procede à alteração do regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água e de gestão de resíduos urbanos residuais.

Através de interpelações à Mesa os Senhores Deputado António Leitão Amaro (PSD) e Deputado Paulo Sá (PCP) suscitaram a questão de o Senhor Eng.º Diogo Faria de Oliveira, para além das propostas de lei em análise, ter-se referido a duas iniciativas legislativas do Governo que não eram do conhecimento da Assembleia da República.

Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) (concessão de sistemas multimunicipais; reforço da participação de privados no setor da Água/compatibilização com o bem e serviço público Água; reforço da ERSAR como garante da equidade na prestação dos serviços de água), o Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) (perdas de água e saneamento/eficácia de gestão; fatura detalhada/transparência), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (processo desconexo de reestruturação do

setor da Água empreendido pelo atual Governo; posição contrária da ANMP à reestruturação do setor em curso; concessões e subconcessões; ERSAR: meios de ação e eficácia/conselho consultivo tarifário; verticalização/concentração do setor), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (Adp e EGF: diferenças para a reestruturação nas Águas e nos Resíduos; subconcessões; tarifário/recuperação de custos/fundo de equilíbrio tarifário; fatura detalhada; Regulador independente/universo e exceções) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (Água bem essencial público, cuja gestão deve ser pública; concessões a privados/exemplo de auditoria do Tribunal de Contas a uma concessionária demonstrativo de mau desempenho/exemplos internacionais de desempenho negativo de concessões a privados).

Depois, o Senhor Eng.º Diogo Faria de Oliveira usou novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu esta audição por concluída, eram cerca das treze horas.

- Por o Senhor Presidente da Comissão ter-se ausentado, a reunião passou a ser dirigida pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD).

2 - APROVAÇÃO DAS ATAS 90 E 91

Apreciadas as atas números noventa e noventa e um, das reuniões da CAOTPL realizadas respetivamente em vinte e vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze, foram ambas aprovadas por unanimidade, estando ausente o GP do PEV.

3 - PETIÇÕES - RELATÓRIOS FINAIS

- PETIÇÃO Nº 220/XII/2ª “ Não à extinção da freguesia de Bogas de Baixo”

O Relator, Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o respetivo Relatório Final, da sua autoria, tendo ainda usado da palavra o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD).

Na sequência o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) submeteu este documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, estando ausente o GP do PEV.

- PETIÇÃO nº 233/XII/2ª “ Rejeitam a Reforma da Administração Local e a reorganização administrativa territorial autárquica proposta pelo Governo”

O Relator, Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) apresentou o respetivo Relatório Final, da sua autoria, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, estando ausente o GP do PEV.

4 - DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS:

- PJL 365/XII-BE “Revoga a Lei do novo Regime de Arrendamento Urbano (revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro)”

A indicação do Relator desta iniciativa coube ao GP PEV.

- PJL 367/XII-PS “ Adota medidas que salvaguardam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro ; primeira alteração à Lei

n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro”

Esta iniciativa coube ao GP PSD, o qual ficou de indicar posteriormente o respetivo Relator.

5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO DO GP DO BE - AUDIÇÃO DA MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SOBRE O NOVO TERMINAL PORTUÁRIO DA TRAFARIA

Intervieram o Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD), o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE).

Na sequência, o Senhor Presidente da Comissão, que entretanto retomara a direção da reunião, submeteu este requerimento a votação, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria, com votos a favor do PS, PCP e BE e contra do PSD e CDS-PP, estando ausente o PEV.

6 - OUTROS ASSUNTOS

- Pedido de Audiência da ANECRA

Face a este pedido da ANECRA, para apresentar “Manifesto da ANECRA em defesa do Sector Automóvel”, foi deliberado, por consenso, que esta audiência fosse realizada pelo Grupo de Trabalho para as Audiências.

- Pedido a S. Ex.ª a PAR de Audiência da ANMAI-Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes

Por despacho de S. Ex.ª a PAR este pedido foi remetido “À 11ª Comissão, pedindo atenção para o requerido” (pedido de Audiência com a 11ª COM-CAOTPL sobre “símbolo e IVA dos Grupos de Cidadãos candidatos a eleições autárquicas”).

Foi igualmente deliberado, por consenso, que esta audiência fosse realizada pelo Grupo de Trabalho para as Audiências.

- Calendário Audições PPL n.º 123/XII/2ª e PPL n.º 125/XII/2ª

O Senhor Presidente da Comissão deu conhecimento das audições a realizar até ao final do corrente mês, no âmbito da apreciação das referidas iniciativas legislativas.

- Participação do Senhor Presidente da Comissão em reuniões internacionais

O Senhor Presidente da Comissão referiu que iria participar no 2013 MIECF-Macau International Environmental Cooperation Forum “The way towards a green future”, 21-23 do corrente mês, Macau e na Reunião interparlamentar de Presidentes de Comissões do Ambiente sobre “Aplicação uniforme e eficaz do direito ambiental europeu: porque não se concretiza?”, 26 do corrente mês, Parlamento Europeu-Bruxelas.

- PPL 122/XII (GOV) “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”

Tendo em vista o processo de apreciação desta iniciativa e sob requerimento do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), a apresentação de propostas de audições e a respetiva calendarização ficaram de ser agendadas para a próxima reunião ordinária da Comissão.

- PPL 104/XII-GOV “Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”



Após o Senhor Presidente da Comissão ter informado que a Conferência de Líderes deliberara que a votação indiciária desta iniciativa legislativa devia ser efetuada na CAOTPL e na sequência de intervenções dos Senhores Deputado António Leitão Amaro (PSD) e Deputado Paulo Sá (PCP), ficou prevista a realização de uma reunião, para o efeito, no dia seguinte, às nove horas, sujeita a confirmação do GP do PCP

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS) deu por finda esta reunião, eram cerca das catorze horas e dez minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Comissão,

António Ramos Preto

JF/